

Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo

KAPP, Silke

Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, Brasil. kapp.silke@gmail.com

Resumo

A compreensão das relações de comunidades rurais com o espaço que usam e produzem é imprescindível para ações de melhoria de suas condições de vida. Levantamentos técnicos e diagnósticos tradicionalmente empregados nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Planejamento não bastam para isso. O presente artigo visa a um método de levantamento sócio-espacial mais abrangente do que essa abordagem convencional, mas viável num trabalho de campo relativamente breve. O método é discutido a partir de sua aplicação, pelo Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras - MOM, ao vilarejo Quartel do Indaiá, no município de Diamantina, Minas Gerais. O artigo inicia pela apresentação dessa proposta metodológica, seguida de uma descrição do trabalho de campo e uma compilação dos dados levantados e interpretados. A última parte consiste na discussão crítica do processo de pesquisa, incluindo considerações para futuros desenvolvimentos.

Palavras-Chave: Quartel do Indaiá; pesquisa sócio-espacial; metodologia

Abstract

The understanding of the relations of rural communities with the space they use and produce is essential to any actions of improvement of their living conditions. Technical surveys and diagnostics traditionally employed in the fields of architecture, urbanism and planning do not accomplish such an understanding. This paper aims at a method of socio-spatial survey broader than the conventional approach, but feasible in a comparatively brief fieldwork. The method is discussed by drawing on its application, by the Research Group MOM, in the village Quartel do Indaiá, in Diamantina, Minas Gerais. The paper begins with the presentation of this methodological proposal, followed by a description of the field work and a compilation of the collected and interpreted data. The last session is a critical discussion of the research process, including some pointers on its future development.

Key-Words: Quartel do Indaiá; socio-spatial research; methodology

1. Introdução

Vilas e aldeias do Brasil rural têm sido sujeitadas a ações externas que implicam mudanças nas relações desses grupos sociais com o espaço em que vivem e que em boa parte produziram por si mesmos, às vezes ao longo de gerações. Tais mudanças raramente resultam de decisões conscientes tomadas pelas próprias comunidades. Para isso seria necessário que tivessem voz política e clareza das relações sócio-espaciais em jogo, o que não tem ocorrido nem mesmo em se tratando de ações concebidas unicamente para beneficiá-los. Um problema central nesse sentido é a abordagem que arquitetos, urbanistas e planejadores utilizam para apreender o mundo social espacializado de grupos vulneráveis. O clássico conjunto de levantamento técnico e diagnóstico implica protocolos e avaliações a partir de categorias predeterminadas, aos quais os grupos afetados podem, quando muito, acrescentar informações (ver KAPP e BALTAZAR, 2012). A alternativa mais conhecida a esse procedimento seria a pesquisa de tipo antropológica, que almeja uma compreensão aprofundada de hábitos e dinâmicas de um grupo social. Mas para ações concretas, propositivas, uma tal pesquisa, além de exigir tempo e recursos raramente disponíveis, não significa por si só a reversão da dominação dos técnicos sobre os chamados beneficiários. Se ela apenas levar a diagnósticos mais sensíveis, mas ainda deixando a cargo dos técnicos a tradução de necessidades em soluções, não tornará os grupos mais autônomos espacial, social e politicamente.

Por essa razão começamos a discutir no Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras - MOM um método de levantamento sócio-espacial que, num trabalho de campo de poucos dias e viável também em locais de difícil acesso, possibilitasse obter dados relevantes sobre como uma comunidade produz seus espaços e que dificuldades e conflitos enfrenta. Para uma pesquisa de cunho antropológico, a presença tão breve teria pouco valor, porque não torna o pesquisador apto a compreender um modo de

vida alheio e ainda tende a perturbar o cotidiano do grupo em questão. Mas ela pode ser válida para viabilizar a discussão com esse grupo e abrir caminhos para novas informações, conhecimentos e ferramentas. O intuito não é conhecer o grupo profundamente para depois traduzir suas necessidades em soluções, num viés ainda assistencialista. O intuito é conhecer o grupo o suficiente para descobrir que formas de apoio externo podem lhe ser úteis para ampliar sua capacidade de decidir e agir sobre o seu espaço, sem gerar novas dependências.

Nas seções seguintes, começo por descrever o trabalho de campo numa experiência desse método realizada pelo MOM em Quartel do Indaiá, um vilarejo de menos de 100 habitantes na Serra do Espinhaço, região do Alto Jequitinhonha. Depois faço um resumo de sua condição sócio-espacial, tal como conseguimos compreendê-la e na medida em que cabe neste texto. Termina com uma discussão mais detalhada e crítica do processo de pesquisa. O presente texto se desdobra nessas duas frentes – o método e um caso particular de aplicação – porque uma reflexão metodológica que ignorasse o objeto e o trabalho da pesquisa em si seria necessariamente limitada a declarações genéricas de boas intenções. Abordar uma situação concreta torna a discussão menos elegante, cheia de ruídos, mas essa me parece a única maneira chegar a práticas de pesquisa mais consistentes.

Figura 1: Localização de Quartel do Indaiá no município de Diamantina (MG).



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM

Cabe mencionar de antemão um desses ruídos. Nosso trabalho em Quartel do Indaiá realizou-se no contexto do 44º Festival de Inverno da UFMG, cujos organizadores propuseram que compartilhássemos uma oficina com um turismólogo da Prefeitura de Diamantina. Esse estava determinado a construir fossas sépticas no vilarejo, como forma de acesso à comunidade, e tinha a expectativa de que o auxiliássemos nisso. Dado que nosso intuito era mais aberto, decidimos por um trabalho independente, mas a constelação gerou uma série de interferências que acabaram se tornando parte da presente reflexão metodológica, como se verá.

Figura 2: Rua principal do núcleo de Quartel do Indaiá.



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM

2. Trabalho de campo

Tomando por ponto de partida as experiências anteriores do MOM na Região Metropolitana de Belo Horizonte, preparamos o trabalho de campo elaborando roteiros de observação, roteiros de entrevistas individuais e coletivas, uma maquete de relevo e um grande mapa impresso. Esses dois últimos deveriam servir para que, durante o próprio trabalho de campo, pesquisadores e moradores reunissem as informações coletadas de uma maneira evidente para todos. A ideia era que o material oferecesse uma visão geral para facilitar futuras discussões e decisões dos moradores a respeito de seu vilarejo. Além disso, dois pesquisadores fizeram uma visita preliminar ao local para obter informações gerais sobre a região, contatar a líder comunitária, conversar com os moradores e organizar a estadia de quatro dias e três noites. Para a hospedagem e alimentação dos participantes nas casas das famílias foi combinada uma diária de 50 reais

por pessoa, o que até aqueceria um pouco a economia local. A proposta da oficina despertou interesse, mas também estranhamento. Quando soube que levaríamos um mapa da região, uma moradora perguntou: *“mas a gente já conhece aqui – para quê um mapa?”*.

Já no primeiro dia em Quartel do Indaiá, os pesquisadores que participaram desse trabalho (três arquitetos e seis estudantes de graduação) sentiram-se desconfortáveis em realizar as atividades planejadas de sistematização de dados e discussão coletiva. Concentraram-se na interação informal com os moradores. Sempre em grupos de três, batiam às portas das casas, apresentavam-se e davam início às conversas. Algumas aconteciam na sala, mas muitas vezes os moradores conversavam sem interromper suas atividades em outras partes da casa. Essa pareceu, na prática, a melhor forma de conhecer o cotidiano e seus diversos espaços. As pessoas falavam sobre sua história, seus hábitos e dificuldades, na medida em que as perguntas, o ambiente e os afazeres incitavam-nas a isso. As conversas não foram gravadas, para não criar uma formalidade estranha a essa dinâmica. Naturalmente, as conversas mais interessantes aconteceram com os donos das casas em que os pesquisadores estavam hospedados, sobretudo durante as refeições, sendo impossível estabelecer um limite entre o bate-papo e aquilo que seria uma entrevista de coleta de dados.

O ponto de encontro dos pesquisadores durante o dia era o quintal da casa da líder comunitária e, à noite, a fogueira em frente à mesma casa. O mapa e a maquete, preparados para reunir as informações, serviram apenas para que os pesquisadores se orientassem no local. O plano inicial de uma discussão coletiva a partir desse material foi abandonado, em parte porque os descontraídos encontros noturnos, apesar de reunirem muita gente, não ofereciam oportunidade para discussões concentradas. Isso ficou evidente quando o turismólogo tentou transformar um desses encontros numa aula sobre o sistema de fossa: a dispersão dos moradores foi imediata. Além disso, nossa base cartográfica estava incompleta, excluindo áreas

de casas mais isoladas, descobertas apenas pelas indicações de outros moradores. Mas o motivo mais relevante para desistência das conversas coletivas com uso do mapa e da maquete foi a constatação de que havia uma questão fundiária bastante delicada em Quartel, de demarcação de terras quilombolas, que ignorávamos até então. Muitos moradores se mostraram apreensivos com a perspectiva perder terras que consideram sua propriedade particular. Não caberia a nós introduzir ali uma discussão sobre o território sem o devido preparo de informações e material e correndo o risco de criar conflitos e mal-entendidos. Assim, os pesquisadores conversaram muito, desenharam e fotografaram, mas apenas depois de saírem de Quartel reuniram e sistematizaram o material.

Como já dito, fez parte da oficina em Quartel, paralelamente ao trabalho do MOM, a tentativa de construção de fossas sépticas pelo turismólogo de Diamantina. Ele estava decidido a implantar ali um tipo de fossa composta por uma sucessão de tambores plásticos enterrados no chão. Embora não tivesse tido nenhuma ressonância ao tentar explicar o sistema aos moradores num dos encontros noturnos, insistiu e fez as cavas no quintal da líder comunitária. Continuou não gerando entusiasmo. Os moradores ficaram mais interessados nos tambores plásticos, que queriam utilizar para outras finalidades. Uma moradora disse que preferia construir uma fossa de pedras, que é um material à mão e sem custo. Outra ironizou o fato de ele ter trazido areia de Diamantina, quando em Quartel há areia em toda parte. Além disso, decepcionaram-se ao saber da manutenção periódica das fossas e da necessidade de separação de águas negras e cinzas nos banheiros. As instalações de que dispõem não têm essa separação (provavelmente por mera falta de informação) e uma modificação significaria novos gastos que não querem assumir. A fossa no quintal da líder comunitária que o turismólogo instalou quase à força nunca foi posta em funcionamento.

Figura 3: Tambores para as fossas sépticas, entre a cozinha de pau-a-pique e a casa de blocos de concreto.



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM

3. Quartel do Indaiá

Quartel do Indaiá está a 40 km de Diamantina e o garimpo determinou toda a sua história. Na década de 1730 criou-se ali um posto estratégico para alojar soldados e confinar escravos fugitivos. As fundações do alojamento e as histórias sobre aparições de escravos torturados são referências para os moradores até hoje. Quando a função militar foi extinta no início do século XIX, o antigo quartel se tornou um aglutinador para a formação do vilarejo. Embora não saibamos se houve algum parcelamento sistemático das terras à sua volta, três formas de apropriação são bastante evidentes.

Escravos fugitivos ocuparam clandestinamente as porções de terra mais distantes do antigo quartel, de acesso mais difícil, mas grandes o suficiente para a subsistência de uma família e próximos a rios de garimpo. Nesses locais se encontram ainda hoje as casas mais precárias de Quartel, cujos moradores são quase sempre negros (não brancos ou mulatos). Já os descendentes de portugueses e escravos alforriados, que tinham direitos legais e meios para comprar ou arrendar terras, instalaram-se perto do antigo quartel. Não precisavam de terrenos extensos, pois viviam do dinheiro do garimpo e mantinham hortas e criações apenas complementares. Quando o garimpo se tornou escasso, muitos deles passaram a plantar e criar gado em pastos e roças um pouco mais afastados. Finalmente, houve (e há) apropriação por grilagem, isto é, pelo aumento de uma propriedade mediante o cercamento ilegal, que também era privilégio de quem tinha dinheiro

para erguer cercas. A maior propriedade da região é resultado dessa prática por um fazendeiro com quem os habitantes de Quartel têm uma longa história de conflitos.

O garimpo de ouro e diamantes, principal atividade econômica da região, foi proibido na década de 1990 e tem sido cada vez mais fiscalizado. Até então, a vila era movimentada e a oferta de serviços e as oportunidades de trabalho e renda eram maiores; dizem que à noite as ruas ficavam repletas de mesas com homens bebendo. Desde a proibição o vilarejo estagnou e os jovens emigraram em busca de trabalho. Até o dito fazendeiro despediu os empregados e deixou de frequentar sua propriedade. Há boatos de que mineradoras estariam fazendo prospecções na região.

Em 2011 Quartel do Indaiá foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade quilombola, o primeiro passo para a titulação coletiva da terra pelo INCRA. No entanto, o processo não partiu dos moradores e sim da Secretaria de Cultura de Diamantina. Quem os representa junto à FCP é uma pessoa sem inserção direta na comunidade. Desde junho de 2008 existe uma associação comunitária que recebe uma pequena verba anual e vem servindo para cumprir as exigências formais. Os moradores estão receosos porque entendem tudo isso como desapropriação. Não veem os possíveis benefícios. Além do apoio da FCP para educação, saúde, cultura e economia, a interlocução que precede a regularização poderia ser uma oportunidade para se organizarem e, por exemplo, reverterem a grilagem de terras.

Outro fator externo que afeta a relação da comunidade de Quartel com o território é o Parque Nacional das Sempre-Vivas, criado em 2002. À diferença das Unidades de Uso Sustentável, que admitem alguma ação antrópica, o Parque é do tipo Unidade de Proteção Integral. A ocupação humana é permitida apenas nas chamadas zonas de amortecimento, mas qualquer atividade produtiva ali precisa ter anuência da administração do parque e licença do Instituto Estadual de Florestas. O tratamento conferido por tais

instâncias aos pequenos e grandes produtores é desigual: os grandes têm sido tratados com permissividade porque conseguem se apropriar do discurso do desenvolvimento sustentável e dispõem de meios para cumprir as exigências legais, enquanto os pequenos produtores, que apenas continuam fazendo o que se faz ali há gerações e nem sabem que suas práticas se tornaram ilegais, têm sofrido interdições sistemáticas (MONTEIRO, 2011). Uma moradora de Quartel relatou como foi abordada pela Polícia Militar por ter madeira em sua casa, que usaria para construir. Não foi autuada, mas se sentiu humilhada ao ter que convencer os policiais de que não conhecia a proibição: *“contei toda a história da minha vida e chorei o tempo todo”*.

Figura 4: Rua principal do núcleo de Quartel do Indaiá vista a partir do adro da igreja.



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM.

Os moradores de Quartel dependem, para quase tudo, de São João da Chapada, o aglomerado urbano mais próximo, com cerca de quatro mil habitantes: compras em geral, vendas de excedentes da produção agrícola, atendimento médico e odontológico, banco, escola a partir da quinta série. O transporte público no trajeto de 10 km de estrada de terra se resume a van escolar. Às vezes os moradores se juntam e combinam o transporte pela caminhonete de um mercado de São João. Outras viagens são feitas de moto, a cavalo ou a pé, com os suprimentos nas costas ou em balaio de indaiá. Antigamente, quando alguém morria, era carregado numa esteira de indaiá amarrada a um tronco de madeira e levado em procissão com vissungos (os tradicionais cantos dos escravos da região) até São João.

Os meios de comunicação também são precários. Há um único telefone fixo, que é particular e só funciona *"quando não está ventando muito"*. Não há cobertura de telefonia celular. Para uma ligação urgente, *"se você subir no alto do morro do outro lado do rio e o seu telefone for da operadora tal, você consegue falar"*. Os jovens carregam o celular apenas como símbolo de status e para ouvir funk e sertanejo universitário. Contudo, há rádio e televisão com antenas parabólicas nas casas do núcleo da vila. São esses meios notoriamente unilaterais de comunicação que fazem a ligação cotidiana dos moradores com o resto do planeta. O rádio acompanha o trabalho de dia; a televisão é ligada pela manhã para a missa e à noite para as novelas da Rede Globo. Mas as histórias ali contadas parecem pertencer a outro mundo. Uma moradora disse que acha estranhas *"as mulheres da novela, divorciadas, saindo sozinhas à noite e arrumando novos maridos"*.

O núcleo de Quartel é formado por um triângulo entre dois ribeirões e dispõe de 18 casas, uma igreja, um grupo escolar, um campo de futebol e uma barraquinha. A pequena estrutura viária desse núcleo se compõe da rua principal, da rua de baixo e de várias trilhas menores. Mesmo sem pavimentação, a forração gramada, o traçado suave, o solo permeável e a ausência de veículos fazem que não haja acúmulo de águas ou erosão. As duas ruas têm postes e iluminação pública e são margeadas por casas relativamente próximas umas às outras. Como no vilarejo dos tempos do garimpo, a relação dessas casas com a rua parece importar mais do que a relação com os quintais nos fundos. As fachadas configuram um espaço público agradável e favorecem encontros ao peitoril da janela ou nos bancos formados pelos baldrame de pedra, com conversas que podem se arrastar por horas. Também muito apreciada para encontros é já citada fogueira em frente à casa da líder da comunidade. Quase toda noite as pessoas chegam espontaneamente para bate-papos, batucada, cantoria e dança. O ribeirão Caeté-Mirim, considerado *"bom pra nadar"*, parece ser outro espaço de lazer importante, ao passo que o campo de futebol

está abandonado. A barraquinha, um cubículo de abobe sob um quiosque de madeira coberto com folhas de indaiá, é usada para a venda de bebida e comida durante a Festa das Mercês, o grande evento anual do vilarejo que recebe muitos visitantes de povoados próximos. Mas seja para a festa, seja para outras reuniões, falta um espaço público coberto. Os moradores consideram que o grupo escolar deveria cumprir essa função de lugar em que *"todo mundo pode entrar a qualquer hora"*, mas *"é uma burocracia pra pegar a chave"*.

Figura 5: Casa isolada de pau-a-pique.



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM.

Além do núcleo, fazem parte de Quartel do Indaiá sete casas isoladas, às quais se chega por trilhas, às vezes a mais de 30 minutos de caminhada. Essas casas, historicamente ocupadas pelas famílias mais pobres, são de padrão construtivo mais simples: chão de terra batida, esquadrias rudimentares e paredes de pau-a-pique ou adobe, por vezes revestidas com tabatinga, uma argila branca encontrada em locais de acúmulo de água. Essas construções exigem manutenção constante, pois as paredes precisam ser barreadas e a cobertura de folhas de indaiá, trocada todo ano. A água é captada de nascentes por tubulações improvisadas que a levam até uma bica no quintal, onde se lava a roupa e a louça. Não há banheiros ou instalações hidráulicas internas. Essas casas também não estão ligadas à rede elétrica. Em algumas delas, uma empresa contratada pela Cemig instalou placas fotovoltaicas, mas *"se você liga mais de duas lâmpadas, a luz já fica fraca"*. Como os moradores não têm acesso às baterias, e a

assistência técnica não está sempre disponível, apesar da taxa mensal que pagam, é comum a interrupção do abastecimento.

No núcleo da vila, as casas mais antigas – em parte mais que centenárias – também foram construídas com técnicas vernaculares, mas num padrão mais sofisticado. Há baldrames de pedra, assoalhos de madeira, estruturas e esquadrias de madeira notadamente feitas por artesãos habilidosos, telhas de barro, forros de estuque, taquara ou indaiá, e acabamentos externos e internos. As paredes são de tijolos de adobe, mais duradouros do que o pau-a-pique, mas muito mais trabalhosos: como o solo do núcleo de Quartel é arenoso, transportava-se de longe a terra vermelha para isso. Vários moradores também mencionaram que havia um ótimo carpinteiro na vila, assim como um artesão que fabricava telhas.

Figura 6: Cozinha com fogão de tabatinga.



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM.

Já as casas mais recentes no núcleo da vila parecem urbanas. Suas paredes são de blocos de concreto comprados em São João da Chapada ou doados por políticos de Diamantina. As coberturas ainda são de estruturas de madeira e telhas cerâmicas, mas não as produzidas no local. Portas e janelas são industrializadas de madeira, aço ou alumínio. Assim como o material, a mão de obra vem de fora: pedreiros de São João ou antigos moradores que agora trabalham na construção civil em Belo Horizonte. Os moradores dizem que as paredes de terra não são mais usadas

porque é trabalhoso executá-las e mantê-las. Como a maioria dos homens mais jovens se mudou para os centros urbanos, a construção em terra ficou ainda mais difícil e o conhecimento das técnicas do adobe e do pau-a-pique está se perdendo. Além disso, o Parque das Sempre-Vivas trouxe a proibição do uso de pau roliço nativo para pilares, vigas e estruturas de telhado.

As casas de Quartel têm cômodos pequenos que se abrem uns para os outros, sem corredores de circulação: uma sala usada à noite para assistir televisão, três dormitórios (do casal, dos filhos e das filhas), às vezes um puxado para o banheiro e, como principal espaço de convívio, a cozinha. O convite “*vamo entrá?*” sempre direciona a visita a um café na cozinha. Seguindo a tradição do Vale do Jequitinhonha, essas cozinhas são muito asseadas e organizadas. Galinhas, cães e outros animais não entram ali. A varrição com vassouras de palha trançada é frequente. Panelas areadas, vasilhas de mantimentos, pratos e talheres são armazenados em prateleiras de madeira, e as canecas ficam dependuradas em pregos. Nas casas mais rústicas, a estrutura aparente do telhado é receptiva a improvisos e adaptações, como prateleiras de pau roliço que guardam todo tipo de objetos. Nas casas com paredes de alvenaria e revestimento interno encontram-se móveis de cozinha industrializados. Geladeira e outros eletrodomésticos são privilégio das casas do núcleo, ligadas à rede elétrica. Já o fogão a lenha é o centro de todas as cozinhas. Ele recebe revestimento de tabatinga, refeito periodicamente. Alguns são montados sobre um estrado de madeira, que deixa a parte inferior livre, usada para aquecer os pintinhos à noite. Também ainda se usa a serpentina no fogão para aquecer a água do chuveiro. O fogão a gás é visto como inferior – “*a comida fica pior*” – e usado mais como aparador e armário.

Mesmo as casas no núcleo da vila têm grandes quintais nos fundos, que são parte essencial dos afazeres do dia-a-dia. Há hortas, pomares, criações de galinhas e porcos, e estruturas auxiliares, como moinho de cana, tacho de farinha

de mandioca e cozinhas de apoio para o preparo de doces, rapadura ou requeijão. Todas as famílias de Quartel plantam e criam para consumo próprio e algumas ainda mantêm, além dos quintais, roças e criações bovinas em terrenos apartados. Junto com o processo de elaboração dos alimentos, cuidar de tudo isso consome a maior parte do seu tempo de trabalho. *“Ninguém fica à toa”, todos participam das tarefas domésticas, dormem cedo e se levantam antes das sete com “pique de meio dia”.*

No núcleo da vila houve um bem sucedido mutirão para construir o sistema de canalização de água. A prefeitura de Diamantina doou os materiais depois da reivindicação direta dos moradores junto aos políticos. A água provém de uma nascente (onde instalaram até uma caixa de concreto e tela como filtro) e chega por gravidade à caixa d'água no terreno do grupo escolar. A subsidiária da Copasa que atende a região lhes ofereceu água tratada, mas os moradores não se interessaram porque teriam que pagar pelo serviço. A água canalizada possibilitou a construção de banheiros e facilitou tarefas domésticas, especialmente o cultivo das hortas, mas também extinguiu situações de encontro e trabalho coletivo, assim como a técnica de irrigação por canais puxados dos córregos até as plantações. A bica onde todos iam buscar água para consumo foi abandonada. Uma moradora lamentou o fim do ritual coletivo de lavagem das roupas – *“agora tudo se lava no tanque de casa”.* Ainda assim, a água limpa não desapareceu da paisagem.

Não há rede coletora ou tratamento de esgoto em nenhuma parte de Quartel do Indaiá. Águas servidas da cozinha escoam nos quintais; águas servidas dos banheiros são esgotadas numa tubulação que apenas as afasta um pouco das casas e que costuma ser feita de tubos reaproveitados das antigas dragas de garimpo. Alguns moradores comentaram que não acham “certo” lançar o esgoto no terreno ou no rio, mas também ficou evidente que associam a poluição muito mais ao garimpo do que à falta de tratamento do esgoto: *“antes o rio era sujo, mas agora que não tem mais garimpo, está limpo”.*

Apenas duas casas do núcleo são providas de uma fossa-sumidouro compartilhada, que um morador construiu depois de ver um programa do Globo Rural. Ela tem paredes de pedras, fundo de terra e tampa de concreto com um respiro. Como houve o cuidado de ligá-la apenas ao esgoto negro, ela está funcionando há dez anos sem necessidade de manutenção. Mas outro morador tentou aplicar a ideia sem fazer a separação do esgoto negro e num local de lençol freático mais raso. Em pouco tempo sua fossa transbordou e causou um enorme transtorno.

Figura 7: Rua gramada com rêgo no núcleo de Quartel do Indaiá.



Fonte: Grupo de Pesquisa MOM.

4. Discussão do método

Iniciamos a pesquisa em Quartel com o objetivo de um levantamento sócio-espacial que deveria se contrapor ao diagnóstico técnico convencional por construir categorias e critérios a partir dos dados coletados e do peso que os moradores lhes atribuem, em vez de se prender a parâmetros preestabelecidos. Esse levantamento deveria abrir caminho para disponibilizarmos informações e instrumentos, de modo que os próprios moradores pudessem decidir como melhorar sua condição espacial. O ideal seria que nossas informações e instrumentos funcionassem como catalisadores de uma reação que não seria nossa, mas deles, e que se desenvolveria ao longo do tempo.

Uma dificuldade nesse processo foi, sem dúvida, a presença de um agente externo não afinado com nossos propósitos: o referido turismólogo. O desfecho de sua iniciativa – uma

fossa inacabada e sem adesão dos moradores – acirrou nossa crítica em relação ao estabelecimento prévio de problemas e soluções. Se o diagnóstico técnico convencional se destina a avaliar uma situação para que então se decida quais soluções se aplicam àquele caso específico, o empreendimento das fossas em Quartel era ainda mais predeterminado: a solução estava dada antes mesmo de um diagnóstico, partindo apenas da vaga constatação de que lá não havia sistema de esgoto. A dessintonia com as condições locais – físicas e sociais – ficou evidente. Mais ainda, ficou evidente que propostas desse tipo, bem intencionadas mas pouco refletidas, tendem a fazer o grupo perder o interesse em descobrir e inventar saídas para suas próprias demandas. Elas pretendem trazer benefícios, mas em vez de estimular a apropriação criativa de uma tecnologia a partir de conhecimentos e condições existentes, paralisam iniciativas locais e ainda desvalorizam e até invalidam práticas tradicionais.

Por outro lado, quais foram os resultados e efeitos da nossa abordagem, com suas pretensões de abertura e introdução de uma discussão coletiva que pudesse abrir novos caminhos? A pesquisa de Quartel evidenciou especificidades no que diz respeito às condições espaciais e sociais do lugar. Também ficou claro que os moradores conhecem essas especificidades – positivas e negativas – melhor do que qualquer agente externo, embora muitas vezes não se deem conta disso e raramente as vejam num contexto mais amplo. No entanto, se os moradores nos forneceram muitas informações, a recíproca não é verdadeira. Nós não chegamos ao ponto de conseguir mobilizar conhecimentos ou ferramentas para esses moradores, e a razão disso não foi apenas a presença do turismólogo ou, de um modo geral, a presença de atores com intenções diferentes das nossas. Afinal, em qualquer trabalho de campo é mais provável encontrar dificuldades desse gênero do que encontrar condições ideais de pesquisa. Por isso, cabe rediscutir alguns aspectos metodológicos da experiência em Quartel do Indaiá, procurando entender suas deficiências.

Em retrospecto, ficou claro que deveríamos ter nos munido de mais informações sobre agentes externos. Fomos a campo ignorando fatores decisivos para a discussão com aqueles moradores sobre seu território: a questão quilombola e o Parque das Sempre-Vivas. Uma pesquisa simples teria fornecido pistas sobre isso, pois há websites que apresentam Quartel do Indaiá como quilombo ou mencionam-na no contexto do Parque. É verdade que não se trata de informações que os moradores de Quartel tenham produzido (não existe um único computador no vilarejo), mas o fato de o lugar ser mencionado por instituições com presença online teria sido um indício para compreender quais agentes são determinantes naquele território. Não se trata de tomar as informações desses agentes como verdades, mas de registrá-las como sinais de ação externa e compreender que interesses estão envolvidos. Uma das tarefas do trabalho de campo seria então verificar os ecos dessa ação na vida cotidiana do vilarejo, já que legislações, políticas, programas e projetos costumam produzir discursos muito diferentes de seus efeitos palpáveis. Tal pesquisa preliminar de instituições determinantes no território tem especial importância em comunidades rurais como Quartel, porque seus moradores não costumam ter acesso a essas informações. A compreensão do contexto institucional mais amplo em que o vilarejo está inserido poderia ter sido, justamente, uma das nossas contribuições. Poderíamos ter chegado em Quartel com informações sobre a legislação que rege uma Unidade de Proteção Integral ou sobre o procedimento de titulação de terras quilombolas. Se seriam ou não utilizadas, dependeria da dinâmica em campo, mas é plausível que os moradores se interessassem por elas. Algo semelhante vale para a pesquisa preliminar acerca das características geomorfológicas e hidrológicas. Esses são aspectos que os moradores tendem a perceber mais pelos efeitos do que pelas causas, mais pelas manifestações em pequena escala do que como parte de sistemas mais amplos no espaço e no tempo. Informações sistematizadas poderiam despertar interesse e nos ajudariam a interpretar os dados levantados no local.

Quanto aos instrumentos que levamos a campo para auxiliar a visualização e a reunião dos dados e para apoiar as conversas com os moradores, careceram de qualidade e variedade. Mapa e maquete teriam sido mais precisos se tivéssemos feito uma pesquisa preliminar mais cuidadosa. Uma fotografia aérea impressa em tecido (em vez de um mapa), papéis, cartões, canetas e outros materiais simples, um projetor de multimídia com caixa de som e vídeos com temas de interesse dos moradores estimulariam memórias e manifestações. Tais instrumentos não são genéricos, precisam de preparação específica para cada caso. No entanto, podemos constituir um repertório geral que sirva de ponto de partida para os casos particulares.

Também faltou orientação dos pesquisadores, sobretudo dos menos experientes, acerca dos procedimentos em campo. Que nosso plano inicial fosse modificado em campo era inevitável e deve ser entendido como parte do processo, não como deficiência. No entanto, as modificações às vezes fizeram perder de vista os objetivos da pesquisa, o que indica que tais objetivos não estavam claros para todos. Além disso, pode ser útil definir de antemão um responsável por mudanças de rumo, cujas decisões sejam acatadas pelos demais, deixando-se eventuais críticas para um momento posterior ao campo.

A visita preliminar foi fundamental para contatar os moradores, abrir caminhos e organizar a hospedagem. Mas ela poderia ter mais funções, como a verificação da pertinência das informações externas já coletadas, dos instrumentos já cogitados e do plano de atividades. Isso reduziria o risco de ignorarmos coisas importantes ou prevermos atividades inviáveis.

Quanto à negociação para o acesso ao grupo e o encaminhamento do trabalho de campo, cabem algumas considerações mais gerais. Não existem grupos em que não haja estruturas de poder internas e externas. Kothari (2001, p.141) chama a atenção para o fato de que os métodos participativos utilizados pelo Banco Mundial e outras instituições da “indústria da

ajuda humanitária” costumam partir do falso pressuposto de que o poder estaria concentrado num dos lados das usuais dicotomias de centro-margem, macro-micro, global-local, acima-abaixo, científico-popular. Kothari (2001) contrapõe a isso as teses de Foucault sobre o poder e sua “microfísica”: o poder não é uma coisa situada numa determinada posição, mas uma cadeia que perpassa todas as posições. Ele só pode ser exercido em grande escala porque existe nas práticas cotidianas em pequena escala. É difícil compreender essas relações de poder numa comunidade que se visita por alguns dias, e é mais difícil ainda avaliar os efeitos que um levantamento sócio-espacial e novas atividades coletivas podem ter nessas relações. Seguindo o raciocínio de Kothari (2001, p.143), pode ocorrer, por exemplo, que espaços de conflito sejam reduzidos e que grupos resistentes ao poder estabelecido sejam induzidos à conformidade mediante a promessa de ajuda externa. A regra geral de não tomar partido por um grupo ou uma prática vale também para o lado que, à primeira vista, parece o mais fraco e com o qual tendemos, por isso mesmo, a simpatizar.

Fazer um contato inicial com as pessoas que assumem o papel de liderança é essencial para o acesso a um grupo ou uma comunidade. Isso costuma ser mais fácil com líderes que são como que naturalmente aceitos pelos demais, em razão de sua habilidade de congregar pessoas, sua idade ou outra característica respeitada. Líderes desse tipo não estão disputando poder ou temendo concorrentes, de modo que nosso trabalho tende a não perturbá-los. Mas para qualquer líder local um pouco mais frágil ou um pouco mais ambicioso, um grupo externo de pesquisadores representa, por um lado, uma ameaça a hierarquias e poderes estabelecidos e, por outro, uma oportunidade de ganhos simbólicos e materiais. É grande a probabilidade de que líderes desse tipo procurem controlar e direcionar nossas ações, reduzindo a ameaça à sua própria posição e aumentando seus ganhos. Somam-se a isso as disputas internas, que fazem com que nossa adesão a um ou outro lado tenda a interditar o acesso ao lado oposto. E, por fim, há as

situações de exercício de poderes ilícitos ou ilegítimos, cujos agentes tenderão a impedir qualquer acesso.

Em Quartel do Indaiá encontramos uma forma de liderança local quase ideal. A líder comunitária não parece disputar poder, promover hierarquias ou instrumentalizar outros moradores. Mesmo que não tenha se convencido da utilidade da pesquisa, não demonstrou receio e foi receptiva todo o tempo. A dificuldade maior surgiu a partir de uma autoridade externa representada pelo turismólogo. Pessoalmente, ele não teve habilidade para explorar sua posição, mas interessa compreendê-la melhor porque sua lógica se aplica a outros casos. Ele estava em Quartel como representante da Prefeitura de Diamantina, que é uma instituição muito mais relevante para os moradores do que a Universidade. Autoridades externas do mesmo gênero poderiam advir da igreja, da polícia, da Fundação Palmares ou do Parque das Sempre-Vivas. Da mesma maneira que um líder local ambicioso, um representante de uma dessas instituições teria poder para dificultar o trabalho de pesquisa, controlando-o ou tentando colocá-lo a seu serviço.

É necessário negociar com as pessoas que assumem tais papéis de autoridade externa. Pode-se tentar sondar as relações e reduzir temores e expectativas desde a visita preparatória. Importa que as pessoas entendam os objetivos dos pesquisadores, ainda que não necessariamente em todos os detalhes. Uma explicação clara, sucinta e plausível dissipa fantasias, por exemplo, sobre o nosso poder junto a instâncias públicas ou sobre os recursos materiais que podemos disponibilizar. O pesquisador solitário tem aí algumas vantagens, porque, mesmo que os moradores não entendam seus objetivos, seu interesse sempre pode ser atribuído a uma idiosincrasia, uma “maluquice” pessoal. Já quando os pesquisadores trabalham em grupo, a empreitada adquire imediatamente um ar de institucionalidade.

Uma maneira de facilitar a negociação seria disponibilizar soluções despretensiosas para

problemas concretos; por exemplo, formas de produzir novos valores de uso com materiais disponíveis no local: uma comida, um brinquedo ou jogo, um abrigo, um objeto utilitário qualquer. Isso pode parecer o oposto do que almejamos, mas é fato que soluções, mesmo quando não são muito pertinentes, têm um apelo maior do que a proposta de um levantamento que leve a uma discussão coletiva. Outra forma de facilitar a negociação seria o envolvimento de um ou alguns dos moderadores – líderes ou não – no trabalho. Num estudo clássico de observação participante intitulado *Street Corner Society* (1943), o autor William Foote Whyte relata como teve acesso a grupos locais na periferia de Boston mediante a aliança com um de seus líderes, chamado Doc, que acaba se tornando o interlocutor mais importante e uma espécie de co-autor da pesquisa. Doc possibilita a presença de Whyte em locais onde antes não era admitida e ele lhe explica relações sociais internas e normas tácitas de comportamento (diz, por exemplo, que Whyte deve parar de falar palavrões, imitando o jargão local, porque ali esperava-se dele uma atitude mais sóbria). Whyte foi criticado mais tarde pela maneira como se associou a Doc, com acusações de que o teria explorado e de que teria confiado demais nos dados filtrados por ele (Whyte, 1993). De qualquer forma, *Street Corner Society* evidencia que a pesquisa não teria sido possível sem essa aliança.

Não consideramos que caiba ao método de levantamento sócio-espacial aqui discutido a denominação observação participante, da qual o estudo de Whyte é um marco. A própria duração é bem menor do que costuma se supor para isso. E, como já dito no início, não pretendemos conhecer profundamente essas comunidades, mas só conhecê-las o suficiente para disponibilizar novos meios de elas próprias conhecerem sua situação sócio-espacial e decidirem a respeito. Por outro lado, o termo observação participante abrange uma grande variedade de abordagens, que vão desde visitas esporádicas até a presença em campo por meses ou anos, e desde o pesquisador quase sem envolvimento pessoal no contexto pesquisado até o pesquisador imerso nesse

contexto a ponto de perder a perspectiva externa.

Para refletir sobre essa questão em outra perspectiva, ultrapassando a discussão em torno da duração da pesquisa e do grau de envolvimento do pesquisador, interessa notar a estranha inversão terminológica que existe entre a observação participante e os métodos participativos de projeto, planejamento e assistência (que também sempre incluem etapas de pesquisa). No primeiro caso, o sujeito da participação é o pesquisador, que “participa” da vida do grupo pesquisado. No segundo, o sujeito da participação é o próprio grupo pesquisado, que “participa” do trabalho dos projetistas ou planejadores. Ora é um, ora é o outro que deverá se integrar a um campo social novo. Esses pressupostos são contraditórios entre si. Mesmo assim, inúmeros trabalhos das áreas de Arquitetura, Urbanismo e Planejamento dizem fazer uso tanto da observação participante quanto dos métodos participativos, passando de um a outro sem transições e sem que seus autores sequer percebam a contradição. O levantamento sócio-espacial se contrapõe aos métodos participativos usuais de projeto e planejamento, que mais servem para legitimar o que projetistas e planejadores decidem, do que para alterar decisões e estruturas de decisão existentes. A observação participante condiz melhor com nossos objetivos. Contudo, talvez fosse mais coerente raciocinar a partir da possibilidade de que nem os pesquisadores sejam participantes da vida dos pesquisados, nem os pesquisados, participantes do trabalho dos pesquisadores. Isso significaria assumir que, no encontro desses grupos, surge uma terceira instância, um terceiro campo social, com o mesmo grau de familiaridade ou estranhamento para todos. Interpretando a interação entre Whyte e Doc nessa perspectiva, mesmo que Whyte tenha lido todas as suas informações pela lente de Doc e tenha falhado em compreender aspectos do grupo social que pesquisava, a interação entre os dois produziu conhecimentos novos de ambos os lados. Whyte, aliás, deixa muito claro o quanto os dois se transformaram no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, não cabe recusar uma oferta de

ajuda ou apoio, ainda que saibamos que ela também envolve controle e relações de poder.

Em Quartel fizemos as observações mais valiosas nas casas em que os pesquisadores se hospedaram, onde o convívio foi mais intenso e as conversas foram mais espontâneas. Além disso, a conversa paralela aos afazeres cotidianos foi a maneira mais fácil de obter informações. Já constatamos em outras ocasiões que a fala acompanhada de uma prática e eventualmente informada por ela costuma ser mais frutífera do que a entrevista formal. Contribui para isso o fato de a entrevista tender a gerar mais auto-censura do entrevistado. Alguém que se sente “entrevistado” parece mais propenso a responder, não às questões explícitas, mas às expectativas do entrevistador, seja para satisfazê-las ou para confrontá-las. Esse entrave é ainda maior em grupos para os quais a entrevista, enquanto modalidade de comunicação, não está tão naturalizada como para a classe média urbana, que enfrenta entrevistas cotidianamente, da consulta médica à prova oral ou à candidatura de emprego. Na entrevista, toda a atenção dos interlocutores – entrevistador e entrevistado – se dirige a eles mesmos, de modo que intervalos e silêncios, frases soltas, desvios na direção do olhar geram constrangimento. Já a conversa durante o trabalho ou outra atividade admite essas atitudes. E quando pesquisador e pesquisado estão envolvidos numa atividade conjunta ainda pode se instalar uma cumplicidade que também estimula a troca menos censurada. No entanto, essas conversas aparentemente informais não deixam de ser coletas de dados. Elas atenderão aos objetivos apenas se os pesquisadores mantiverem consciência disso (o que parece não ter acontecido em Quartel). A tarefa é até mais difícil do que a entrevista formal, porque a quantidade de informações tende a ser maior e o pesquisador não pode ficar anotando, nem tem garantia de uma gravação de áudio de boa qualidade. A conversa é um exercício de memória, pois quanto mais informal e espontânea ela for, menos oportunidade de registro simultâneo dará. Finalmente, importa que o pesquisador conduza a conversa para o

tema. Interessa-nos, não a vida em geral, mas como as pessoas percebem, representam, usam e produzem seus espaços cotidianos. É claro que qualquer fato da vida tem um componente espacial. Mas é preciso diferenciar entre coisas que apenas acontecem no espaço e coisas que determinam a produção do espaço ou são determinadas por ela. Quando surge um indício sobre problemas e dificuldades que os moradores enfrentam no cotidiano em razão de suas condições espaciais (domésticas, locais e mais amplas), esse indício precisa ser explorado até que se consiga compreendê-lo com alguma clareza. De nada adianta sabermos tudo sobre uma comunidade, se não entendermos isso. Ademais, a conversa com pessoas externas acerca das especificidades locais e, em particular, sua dimensão espacial tende a ter um efeito esclarecedor para os moradores. Ela pode suscitar interesses novos e estimular a participação em atividades coletivas.

Em Quartel do Indaiá, os pesquisadores do MOM não mantiveram diários de campo detalhados, regulares e individuais, perdendo-se a oportunidade de confrontar percepções diversas, sem que tivessem sido alteradas pela troca com outros membros da equipe. Mas é essencial que cada pesquisador estabeleça uma rotina para isso, mesmo que não pareça oportuno. As anotações incluem informações, impressões pessoais e até eventuais críticas ao trabalho dos demais pesquisadores, a serem discutidas depois da pesquisa de campo. Além de texto, podem conter croquis das situações espaciais vistas ou compreendidas a partir de relatos e narrativas (plantas das casas, detalhes construtivos, esquemas das trilhas que levam a determinados lugares, indícios de modificações históricas de bordas e limites, disposição espacial de pessoas e objetos em reuniões etc.). Gravações de áudio durante as conversas e discussões coletivas ajudam a constituir registros confiáveis, mas nem sempre serão permitidas ou toleradas pelos moradores, nem sempre terão a qualidade desejável e, o mais importante, nem sempre são úteis. Coletar horas e horas de gravações, sem interpretação e sem compreensão, não leva muito longe.

Quanto às fotografias gerais do lugar, com suas paisagens, ruas, espaços externos, equipamentos públicos etc., teria sido oportuna uma divisão mais clara de tarefas entre os pesquisadores, com um membro da equipe encarregado de reunir o material e conferir, durante o trabalho de campo mesmo, se ele está completo. Nas casas das famílias, parece mais recomendável que fotografias sejam feitas no final da conversa, se as pessoas concordarem. É muito incômodo falar com alguém que está fotografando o tempo todo (ou cujo colega está fotografando o tempo todo). Além disso, pode ser belo ou pitoresco fotografar as pessoas nos seus trajés e afazeres cotidianos, mas talvez não queiram ser registradas assim.

O processo de mobilização de novos meios e conhecimentos para os moradores de Quartel do Indaiá não foi concluído. Faltou tempo e, mais ainda, disposição ou coragem para experimentar atividades não usuais naquele contexto, tais como reunir os moradores numa conversa coletiva, explicar o mapa e a maquete e avaliar, conjuntamente, o que poderia contribuir para melhorar as condições espaciais no local. Que isso não aconteceria espontaneamente era esperado, assim como a desconfiança inicial dos moradores em relação a interações e instrumentos novos. Mas só saberíamos se seriam ou não acatados, se tomássemos essa iniciativa. Nossas discussões posteriores à experiência em Quartel levaram à conclusão de que tais instrumentos devem ser introduzidos desde o primeiro dia em campo. Podem causar estranhamento, mas também causarão curiosidade. Particularmente a imagem aérea do lugar e da região oferece uma experiência interessante para grupos que não têm acesso à internet. A imagem aérea pode ser usada para acrescentar informações (a impressão em tecido facilita isso), mas mesmo que não for usada para mais nada, pode ficar disponível de um modo que permita aos moradores olhá-la sem serem perturbados e sem sentirem constrangimento. Projeções de vídeo à noite, em espaços públicos, são oportunidades de introduzir novos temas e discutir imagens criadas durante o dia (fotos e vídeos).

Ao mesmo tempo, essas projeções – mesmo que se tornem um simples “*cineminha*” – baixam a ansiedade de não estarmos dando nada em troca do tempo que os moradores dedicam a nós.

Apesar de todas essas fragilidades, a pesquisa em Quartel evidenciou uma condição sócio-espacial peculiar que os moradores conhecem no dia-a-dia, mas não costumam relacionar a contextos mais amplos. O vilarejo está em decadência e a perspectiva de futuro, hoje, restringe-se ao reconhecimento como comunidade quilombola, isto é, a um processo fomentado a partir de fora. A identificação local com essa possibilidade é ambígua, para dizer o mínimo. De qualquer forma, não existe um rumo compartilhado, uma imaginação comum do futuro ou uma causa coletiva pela qual as pessoas se disponham a lutar. A população de Quartel vive ao sabor de decisões externas.

Uma sugestão de melhoria dessa condição é o plano de construir um espaço coletivo para reuniões e festas, formulado por um dos moradores. Não que o objeto construído, em si mesmo, modifique muita coisa. Mas o seu processo de produção criaria um estímulo para o engajamento comum. Outra demanda mencionada pelos moradores é a melhoria do transporte e da telefonia. Essas coisas dependem da mobilização conjunta e são metas relativamente imediatas, que, se bem sucedidas, podem encorajar outras ações. As técnicas construtivas seriam um terceiro tema interessante de discussão. A substituição das técnicas tradicionais deve-se às proibições ambientais e ao fato de exigirem esforço físico grande e manutenção constante. Por outro lado, as casas de blocos de concreto têm desvantagens ambientais e suas características térmicas são piores, além de tenderem a fazer de Quartel um vilarejo com a mesma imagem de inúmeros outros, como se ali não houvesse uma longa história e um patrimônio cultural. Caberia encontrar um caminho intermediário, plausível no contexto atual de produção, mas que não apagasse as especificidades locais.

Tudo isso são questões relacionadas ao dilema maior, sobre o futuro do vilarejo. Hoje, as alter-

nativas são a extinção ou a tutela externa. Mesmo que ocorra a coletivização da propriedade da terra e ela gere subvenções, a redução da população e das atividades produtivas pode continuar até o esvaziamento da comunidade, ou pode haver uma promoção externa que mantenha o lugar habitado, sem que os moradores tenham voz para determinar seu destino. Se, por outro lado, os conseguissem tomar as rédeas, atividades como o turismo poderiam assumir novas características; em vez de pousadas rurais para os cansados habitantes das grandes cidades, talvez se voltassem para a congregação da população de vilarejos próximos, como já acontece na Festa das Mercês. De qualquer modo, importa uma mobilização da imaginação coletiva para produzir esses rumos próprios.

5. Agradecimentos

Os projetos de pesquisa dos quais resultou este artigo foram financiados com recursos da CAPES, do CNPq e da FINEP. Além dessas agências de fomento, agradeço especialmente aos moradores de Quartel do Indaiá e a Roberto Andrés e Wellington Cançado, que possibilitaram o trabalho de campo do Grupo MOM aqui discutido. Participaram da pesquisa de campo Bárbara Olyntho, Juliana Ramos, Leonardo Polizzi, Marcus Vinicius Bernardo, Mateus Lira, Núria Manresa, Patrícia Nardini, Pedro Arthur Magalhães e Rebekah Campos. Além deles, participaram da sistematização dos dados Ana Paula Baltazar, Débora Andrade e Lígia Milagres.

6. Referências

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. The paradox of participation: A case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 31, No. 2, pp. 160–173, 2012.

KOTHARI, Uma. “Power, knowledge and social control in participatory development”. In: Bill Cooke; Uma Kothari. *Participation: The New Tyranny?* London, New York: Zed Books, 2001, pp.139–152.

MONTEIRO, Fernanda Testa. Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das

Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais. Dissertação de Mestrado em Geografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

WHYTE, William Foote. *Street Corner Society: The social structure of an Italian Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 2012 [1943].

WHYTE, William Foote. Revisiting "Street Corner Society". *Sociological Forum*, Vol. 8, No. 2, Jun. 1993, pp. 285–298.